



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 11/2015

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcútem

Realizada em 09 de junho de 2015

----- Aos nove dias do mês de junho de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcútem, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas quinze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente interveio para solicitar a inclusão do seguinte ponto **“FORNECIMENTO DE SERVIÇOS – ASSISTÊNCIA TÉCNICA À OPERAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA INFORMÁTICO:”**, na ordem de trabalhos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, incluir o referido ponto, na ordem de trabalhos. -----

----- De seguida o presidente e respetivos vereadores (PS e PSD) endereçaram em uníssono, uma palavra de apreço ao novo secretário da

1

reunião de Câmara, Dr. José Pires, fazendo votos de um trabalho profícuo nas funções que inicia, em prol do concelho de Alcoutim. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para fazer uma breve referência ao encontro de Natação Infantil Intermunicípios, que decorreu em Martim Longo, no passado dia 30 de maio. Deixou de seguida uma palavra de apreço/reconhecimento aos técnicos da Edilidade pelo trabalho desenvolvido. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 10/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 27 de maio de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º107) respeitante ao dia 08 de junho, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.358.654,58; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.059.160,71; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 292.081,72. -----

----- **ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALCOUTIM/POVOAÇÕES DE DESERTO, FERNANDILHO, CABAÇOS, VÁRZEA E MONCHIQUE:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal aprovar o início de um procedimento de alteração ao Plano Diretor Municipal de Alcoutim, nos termos propostos: -----

----- Aprovar os termos de referência da alteração ao Plano Diretor Municipal de Alcoutim; -----

----- Determinar a abertura de um período de participação preventiva, -----



com a duração de 15 dias, para formulação de sugestões por qualquer interessado ou para apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de alteração que ora se inicia; -----

----- Determinar a dispensa da elaboração da avaliação ambiental estratégica relativa à presente alteração do Plano Diretor Municipal de Alcouthim, nas condições referidas, nos respetivos termos de referência. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **EMPREITADA DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS/LAR EM MARTIM LONGO – TRABALHOS COMPLEMENTARES:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar as alterações/adaptações da Empreitada de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – Lar de Martim Longo, nos termos do parecer da Divisão de Obras Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamento, Ambiente e Serviços Urbanos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, condicionada às alterações propostas. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **EMPREITADA DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS/LAR EM MARTIM LONGO – ERROS, OMISSÕES E TRABALHOS A MENOS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo

3 

8

parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar proceder à aceitação dos erros e omissões apresentada pela Empresa Consdep – Engenharia e Construção, S.A, adjudicatária da empreitada, anexos à ata da reunião do dia 18 de maio de 2015 e aceites pelo coordenador do projeto de execução, no montante de 95.120,44 € + IVA, bem como proceder à aceitação dos trabalhos a menos na rede de esgotos exterior e na rede de drenagem pluvial, que resultam em alterações ao projeto de execução, no montante de € 29.179,68 + IVA. -----

----- O vereador José Pereira questionou porque motivo o empreiteiro apresentou uma lista de erros e omissões no início do procedimento concursal, que não foram aceites pela fiscalização e divisão técnica, uma vez que não deram o devido provimento e agora, nesta fase, são consideradas e aceites. -----

-----O vereador Paulo Paulino referiu que o empreiteiro apresentou uma lista de erros e omissões no início do procedimento, antes da adjudicação, tendo de seguida solicitado a colaboração do técnico Eng.º Paulo Pereira para esclarecimentos adicionais. -----

----- O Eng.º Paulo Pereira interveio para esclarecer que em sede de apresentação de propostas foram entregues erros/omissões por um dos interessados que foram rejeitados pelo coordenador do projeto de execução, e que após a consignação da empreitada, a empresa adjudicatária apresentou erros/omissões, antes do início dos trabalhos, que foram igualmente rejeitados. De seguida deu nota que depois da comunicação da deliberação da Câmara sobre essa rejeição, o empreiteiro informou que mantém na íntegra toda a relação de trabalhos, e que após várias insistências do mesmo, foram efetuadas várias reuniões com os responsáveis, para reanálise dos trabalhos reivindicados pelo empreiteiro. Findou frisando que o Código dos Contratos públicos permite que em sede de obra o empreiteiro apresente a relação de erros/omissões, com a devida antecedência, antes do início dos trabalhos. ----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para frisar que o problema que vê “é o timing que é decidido”, dado que “somos nós os responsáveis”. --

----- O presidente referiu que este assunto constitui uma preocupação para o executivo, no sentido de acautelar, no futuro, a repetição de situações

análogas, em que os erros e omissões são detetados apenas durante a obra. Com o desenvolvimento da obra foram-se detetando alguns erros e omissões que inicialmente deveriam ter sido acautelados, mas que com o aproximar do término da mesma são aferidos realisticamente e com a concordância de todas as partes envolvidas. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos vereadores José Pereira e Dr.^a Dalila Barros aprovar a referida proposta. Apresentaram a seguinte declaração de voto: *“Face às dúvidas que continuamos a ter, apesar das explicações da divisão técnica, e porque não temos opinião formulada, neste momento, em relação à legislação em vigor, abstemo-nos”*. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----**EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A SANTA JUSTA – Liberação Parcial de Seguro de Caução e de Garantia Bancária:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa à Liberação Parcial de Seguro de Caução e de Garantia Bancária, apresentada pela firma Manuel António & Jorge Almeida – Construções, S.A, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que seja liberado da apólice n.º 100015321/200 a importância de € 20.526,68, ficando remanescente o valor de € 6.842,23, emitida pela COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A, e da apólice n.º 962300488009307 a importância de € 10.263,34, ficando o remanescente o valor de 3.421,11, emitidas pelo Banco Santander Totta, S.A. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **EMPREITADA DE C.M – E.M 507 – TROÇO PEREIRO/SANTA MARTA – Liberação Parcial de Seguro de Caução:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa à Liberação Parcial de Seguro de Caução, apresentada pela firma José de Sousa Barra & Filhos, LDA, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que seja liberado da apólice n.º 80.10.03870 a importância de € 5.370,20, ficando remanescente o valor de € 12.530,46, e da apólice n.º 80.10.004075 a importância de € 5.370,20, ficando o remanescente o valor de 12.530,46, referente a 1.º ano, emitidas pela AXA PORTUGAL – Companhia de Seguros, S.A.-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **EMPREITADA DE E.M 507 – TROÇO GIÕES/FARELOS/TESOURO/E.M 124 – Liberação Parcial de Seguro de Caução:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa à Liberação Parcial de Seguro de Caução, apresentada pela firma José de Sousa Barra & Filhos, LDA, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que seja liberado da apólice n.º 80.10.003871 a importância de € 6.292,03, ficando remanescente o valor de € 14.681,41, e da apólice n.º 80.10.004076 a importância de € 6.292,03, ficando o remanescente o valor de 14.681,41, referente a 1.º ano, emitidas pela AXA PORTUGAL – Companhia de Seguros, S.A.-----

R

----- **OBRAS PARTICULARES – PROC. 11/2012 – REQUERENTE:**

ELÍSIO CORREIA JOÃO: Foi presente uma informação técnica da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal apreciar a aprovação final do processo de licenciamento. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para alertar para a incongruência existente na segunda página da informação, nomeadamente na ordem cronológica (datas), tendo o presidente usado da palavra para mencionar que irá solicitar a retificação das mesmas, caso não se verifique a sua veracidade.- -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar o porquê do assunto ser presente a reunião de Câmara Municipal, tendo o vereador Paulo Paulino usado da palavra para solicitar a colaboração do técnico, Eng.º Paulo Pereira, para os devidos esclarecimentos. De seguida o Eng.º Paulo Pereira usou da palavra para esclarecer que o assunto teve que ser presente a reunião, uma vez que a zona da obra se encontra inserida na área de proteção dos imóveis classificados (Igreja). O vereador José Pereira continuou a sua intervenção referindo, que tinha conhecimento da situação, no entanto, considera que a informação técnica devia vir acompanhada de uma proposta do sr. presidente, dado que, não se sabe qual a decisão a tomar. -----

----- O presidente interveio para mencionar que a decisão será no sentido de dar cumprimento, à informação técnica, tendo o Vereador José Pereira usado da palavra para proceder à leitura da mesma, e questionar se no processo consta ou não uma contraordenação, e se a informação deveria vir acompanhada de proposta. -----

----- O Eng.º Paulo Pereira usou da palavra para frisar que o processo de contraordenação decorre, ao abrigo de legislação própria. -----

----- O presidente interveio para suspender a votação do ponto, no sentido de ser elaborada a referida proposta. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para frisar que a situação de não apresentação de propostas, já é recorrente, e como tal tem que

mf

levantar estas questões, de modo a ser coerente. -----

----- **COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA E LOGÍSTICA ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ALGAR - Aprovação de Protocolo:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o presente Protocolo de Cooperação. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO DA DIABETES MELLITUS E DE APOIO AO DOENTE DIABÉTICO DO ALGARVE – AEDMADA – Projeto “Apoio ao doente diabético de Alcoutim”:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o Protocolo de Colaboração entre o Município de Alcoutim e Associação para o Estudo da Diabetes Mellitus e de Apoio ao Doente Diabético do Algarve – AEDMADA, com uma previsão de custos de € 4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros). -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para questionar o sr. presidente sobre o número existente de doentes diabéticos, no concelho de Alcoutim, tendo o presidente usado da palavra para mencionar que posteriormente dará a informação solicitada. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e

para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, produzindo a presente deliberação efeitos imediatos. -----

----- **REGULAMENTO MUNICIPAL “PROGRAMA DE INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA – Dúvidas e Omissões:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, no âmbito das suas competências, em caso de dúvidas de interpretação, conforme previsto no artigo 9.º do respetivo regulamento, deliberar que os acessórios mencionados na listagem da natureza dos bens, produtos e serviços elegíveis, refere-se a mobiliário, cadeiras para automóvel, carrinho de transporte, cadeiras para alimentação, parques, utensílios de alimentação, e não se inclui nos bens referidos, os brinquedos. -

----- O presidente interveio para esclarecer que o assunto em questão prende-se pelo facto de ter existido, dúvidas referentes, à aquisição de brinquedos (farmácia) por beneficiados do Regulamento em epígrafe, e como tal considera que os mesmos não devem ser incluídos nos acessórios especificados no artigo 4.º do n.º 3 da alínea a). -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros usou da palavra para sugerir, face às dúvidas existentes, uma alteração ao conteúdo do Regulamento, com vista à inclusão do novo acessório (brinquedos). -----

----- O presidente interveio para referir que deverá existir uma proatividade dos beneficiários, para verificarem quais os acessórios previstos em Regulamento. Deu nota ainda que considera de momento, inoportuno a alteração ao documento. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que não corrobora com o referido, dado que é da opinião que os Regulamentos poderão ser aperfeiçoados, mediante dúvidas que ocorram, e como tal acha a proposta da vereadora pertinente, no sentido de não existirem incertezas futuras, com outros equipamentos. -----

----- O presidente usou da palavra para frisar que anotará os contributos prestados, e que futuramente caso se verifique necessidade, poderá propor alterações ao Regulamento, dado que o processo é moroso. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para mencionar que o que está em causa é o “presidente não concordar inicialmente, e depois concordar”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO – CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, DE CULTURA E DESPORTO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pelo disposto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberar favoravelmente submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a atribuição do abono para despesas de representação ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, de Cultura e Desporto, em regime de substituição, desde do dia 1 do corrente mês de junho, atualmente fixado em € 194,80, retroagindo os seus efeitos à data do início da referida nomeação. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE MARTIM LONGO PARA A REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES NA FREGUESIA – Ano de 2015:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na

alínea o) e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a minuta de Contrato Programa e submeter à Assembleia Municipal para consequente aprovação, em cumprimento com o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 , de 12 de setembro. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que existe uma incongruência, entre o assunto da proposta e a cláusula primeira do Contrato-Programa, e como tal questiona que “festividades estamos a falar?”, uma vez que nos contratos assinados anteriormente, com as Juntas de Freguesia encontravam-se especificadas as festividades, incluindo as iniciativas com Associações/Clubes. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que a festividade em questão prende-se com a Festa de Verão de Martim Longo, bem como informar que houve a concordância, durante o processo, de todos os presidentes de Junta de Freguesia. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM E A JUNTA DE FREGUESIA DE MARTIM LONGO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a minuta de Acordo de Cooperação entre o Município de Alcoutim e a Freguesia de Martim Longo e submeter à Assembleia Municipal para consequente aprovação, em cumprimento com o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 , de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por

unanimidade, aprovar a referida proposta. -----
----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e
para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A COMISSÃO PARA
A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO E O MUNICÍPIO DE
ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual
se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante,
no sentido da Câmara Municipal deliberar retificar a minuta de Protocolo de
Cooperação entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o
município de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por
unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e
para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro. -----

----- **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ETNOGRÁFICO
CULTURAL DE MARTIM LONGO (ADECMAR) – Participação
Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se
anexa à presente ata para os efeitos legais, no sentido da Câmara Municipal
deliberar, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) e
alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar
aprovar a atribuição de uma participação financeira, no montante de €
2.000,00 (dois mil euros), à Associação de Desenvolvimento Etnográfico
Cultural de Martim Longo, para fazer face a despesas com o XII Festival de
Folclore de Martim Longo e Mil e Uma Noite de Acordéon (4 e 5 de julho).--

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por
unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e
para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro. -----

D

----- **CENTRO DE APOIO AOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, no montante de € 2.100,00 (dois mil e cem euros), ao Centro de Apoio aos Trabalhadores da Câmara Municipal de Alcoutim, no âmbito da sua atividade desportiva (Prova Nacional de Atletismo).-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ISENÇÃO DE TAXA DE INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADOR/MOVIJOVEM JUVENIL, CIPRL:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, no sentido da Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Taxas Licenças e Outras Receitas, reconheça a concessão da Isenção da Taxa de Inspeção Periódica de Elevador, requerida pela Movijovem –Mobilidade Juvenil, CIPRL. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para demonstrar o seu desagrado pela situação, nomeadamente por considerar que “Alcoutim afinal não é para todos igual”, dado que na última reunião foi retirada, uma Isenção de Taxa de Ruído de uma Associação local, sem fins lucrativos e que promove o desenvolvimento cultural, recreativo e desportivo, e nesse sentido não corrobora com a isenção em questão, uma vez que considera que a Edilidade necessita de receitas próprias, para fazer face às suas despesas, e porque a taxa em discussão, no valor de isenção de € 172,00, prende-se com uma obrigatoriedade da própria empresa (Movijovem), servindo esta

intervenção como declaração de voto. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que as Associações/clubes locais dependem 100% da Autarquia, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para dar nota que as mesmas não tem receitas próprias, ao invés da Movijovem, que é uma empresa com fins lucrativos, em que a Câmara Municipal despende de € 25.000,00 anuais. O vereador Paulo Paulino continuou a sua intervenção demonstrando a sua preocupação pela situação delicada que a Movijovem, após reunião tida com responsáveis, encontra-se a passar, e como tal é da opinião que deve existir ponderação, a fim de conseguirmos preservar as sessenta camas, da Pousada de Juventude de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria com 2 (dois) votos contra dos vereadores José Pereira e Dr.ª Dalila Barros, aprovar a referida proposta, com base nos argumentos, anteriormente referidos. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **FORNECIMENTO DE SERVIÇOS – ASSISTÊNCIA TÉCNICA À OPERAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA INFORMÁTICO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo dos artigos constantes na presente proposta, deliberar aprovar a minuta anexa à presente proposta e adjudique à Empresa Serra Viva – Projetos de Investimentos, SA o fornecimento de Serviços de Assistência Técnica à Operação de Administração do Sistema Informático pelo valor de € 11.760,00 acrescido de IVA à taxa em vigor. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **OBRAS PARTICULARES – PROC. 11/2012 – REQUERENTE:**

ELÍSIO CORREIA JOÃO: Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar proceder à aprovação final do processo de licenciamento, nos termos da informação técnica. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário